17 de junho de 2024

COMUNICADO DE IMPRENSA

Ministérios da Fazenda falam sobre seu papel crucial na formulação e implementação de políticas e ferramentas para a ação climática na região da América Latina e Caribe. Representantes dos Ministérios da Fazenda, Bancos Centrais, e especialistas nacionais e internacionais se reuniram nos dias 10 e 11 de junho em Brasília para discutir estratégias, ações, ferramentas e desafios no contexto de crescimento econômico e espaço fiscal limitado, juntamente com alta vulnerabilidade climática, com o objetivo de avançar em direção a uma economia produtiva, sustentável e equitativa.

A conferência de alto nível, coorganizada pelo C3A, pelo Banco Mundial, pelo Ministério da Fazenda do Brasil e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com o apoio do programa Euroclima, reuniu uma rede de especialistas, cientistas, líderes econômicos regionais e profissionais. Eles visaram abordar os desafios de navegar na transição para práticas sustentáveis dentro de um contexto macroeconômico global e regional difícil. Os principais tópicos discutidos incluíram a integração das considerações climáticas no planejamento econômico, financeiro e fiscal, a mobilização de recursos financeiros para projetos sustentáveis e a coordenação de esforços entre diferentes atores, incluindo o setor privado, para responder efetivamente aos desafios socioambientais.

"Há uma necessidade urgente de desenvolver respostas coordenadas e estratégicas para o espaço fiscal limitado da região e os significativos desafios estruturais e institucionais," declarou Santiago Lorenzo, Chefe da Unidade de Mudança Climática da CEPAL.

O evento destacou a alta incidência de eventos climáticos extremos que afetam a região devido à sua diversidade biológica e localização geográfica, necessitando de respostas rápidas e eficazes para minimizar os impactos negativos nas comunidades e economias locais. Os participantes examinaram como desafios estruturais, como a capacidade institucional de resposta limitada e a dependência de setores altamente poluentes, complicam a gestão da mudança climática. As discussões enfatizaram o fortalecimento das instituições públicas, a melhoria das capacidades técnicas e a alocação de recursos financeiros para a implementação, monitoramento e avaliação de políticas climáticas. Também foi destacada a importância da cooperação internacional para enfrentar esses desafios em conjunto.

Uma questão crítica discutida foi a dificuldade de acessar o financiamento climático global, agravada por assimetrias no acesso a instrumentos financeiros e restrições orçamentárias. Os participantes enfatizaram a necessidade de novos marcos regulatórios e arquiteturas financeiras inovadoras para integrar fundos internacionais públicos e privados. Também foi destacada a relevância de alinhar as agendas de

mudança climática com ações de governos locais e mecanismos financeiros para garantir a implementação eficaz de políticas.

Muitos países latino-americanos têm implementado políticas para enfrentar a mudança climática e a transição verde, sustentável e justa, como a emissão de títulos verdes e/ou sustentáveis, a diversificação da matriz energética e a criação de fundos climáticos para mobilizar recursos para projetos sustentáveis. As discussões sobre novos instrumentos financeiros para o clima e a natureza marcaram outra fase significativa do evento, enfatizando o alinhamento dos objetivos ambientais e financeiros para a sustentabilidade a longo prazo.

Os participantes reconheceram uma ampla falta de conhecimento sobre o alcance macroeconômico da mudança climática e suas implicações, destacando a necessidade de melhorar a oferta de pesquisas e estudos especializados na região. Apresentações sobre cenários climáticos e ferramentas de modelagem mostraram que, embora a transição para uma economia de baixo carbono possa ser custosa, os custos a longo prazo da inação seriam ainda maiores.

"Para tomar decisões informadas que integrem resultados socioeconômicos com objetivos climáticos, os Ministérios da Fazenda precisam de ferramentas analíticas avançadas. É hora de inovar nossa abordagem à análise de políticas climáticas," disse Etienne Espagne, Co-Diretor do Programa C3A.

Uma conclusão significativa da conferência foi a necessidade de alinhar os prazos da academia com os dos tomadores de decisão, ao mesmo tempo em que se constrói capacidade e conhecimento dentro dos ministérios para criar políticas públicas eficazes que equilibrem tanto a mitigação quanto a adaptação à crise climática e seus impactos.

A conferência ilustrou a preferência por uma abordagem integrada, combinando políticas eficazes, inovação financeira e forte cooperação entre a academia, governos e o setor privado. Essa abordagem contribui para que as estratégias climáticas sejam eficazes e equitativas, abordando tanto as necessidades econômicas imediatas quanto de longo prazo na luta contra a crise climática.

Finalmente, o evento ressaltou a urgência para os Ministérios da Fazenda na região da América Latina e Caribe de tomar ações abrangentes, incluindo a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável de ecossistemas. Esses esforços devem ser coordenados em níveis nacional e internacional para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e devem considerar modelagem de cenários adaptada às características econômicas e estruturais de cada país. O evento concluiu com um chamado à ação para fortalecer a cooperação internacional, aprimorar a compreensão da interdependência entre as esferas real e financeira e desenvolver soluções estruturais adequadas para enfrentar tanto a crise climática quanto a desigualdade social e econômica na região.

Contatos de imprensa

Bastien Bedossa, C3A – c3a@worldbank.org
Misle Sepúlveda, CEPAL – misle.sepulveda@euroclima.org

Field Code Changed

Sobre o C3A

C3A é a sigla para a Coalizão para Capacitação em Ação Climática. C3A é um programa apoiado pelo Banco Mundial e pela Coalizão de Ministros da Fazenda para Ação Climática (CFMCA). O programa teve origem na COP27, onde a Coalizão de Ministros da Fazenda para Ação Climática reconheceu a falta de uma visão sistêmica dentro dos Ministérios das Finanças para lidar com os desafios das mudanças climáticas e impactos na natureza. Foi destacada a necessidade de uma colaboração fortalecida e maior compartilhamento de conhecimento entre os Ministérios de diferentes países. Nesse contexto, o Banco Mundial assumiu um firme compromisso de apoiar os membros da Coalizão em suas principais preocupações, criando o Programa C3A.

C3A é uma iniciativa orientada pela demanda, apoiada por uma Rede de Conhecimento externa formada por acadêmicos regionais e internacionais, profissionais e especialistas. C3A pode oferecer aos países participantes três tipos principais de serviços: sequências de capacitação técnica estruturadas sob demanda e baseadas em materiais científicos e orientados por políticas, trocas entre pares e ferramentas analíticas de clima e natureza, para que os Ministérios da Fazenda possam ter suas próprias ferramentas analíticas desenvolvidas com as partes interessadas locais e adaptadas ao contexto nacional.

Os principais parceiros do Programa C3A são a Coalizão de Ministros da Fazenda para Ação Climática, o Banco Mundial e o Fundo Fiduciário de Suporte ao Clima (CSF) como o principal financiador, instituições locais e internacionais que coordenam os hubs regionais e temáticos, e acadêmicos, profissionais e especialistas, regional e internacionalmente, que formam a Rede de Conhecimento.

Sobre a CEPAL

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106(VI) do Conselho Econômico e Social em 25 de fevereiro de 1948 e começou a funcionar no mesmo ano. O escopo do trabalho da Comissão foi posteriormente ampliado para incluir os países do Caribe, e pela resolução 1984/67 de 27 de julho de 1984, o Conselho Econômico decidiu mudar seu nome para Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL; a sigla em espanhol, CEPAL, permaneceu inalterada.

A CEPAL, cuja sede está localizada em Santiago, Chile, é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Foi fundada com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenando ações direcionadas a esse fim e reforçando os laços econômicos entre os países e com outras nações do mundo. A promoção do desenvolvimento social da região foi posteriormente incluída entre seus principais objetivos.

A Unidade de Economia da Mudança Climática da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos da CEPAL tem trabalhado em modelagem macroeconômica dos impactos das mudanças climáticas, financiamento climático e taxonomias de finanças sustentáveis, uso de instrumentos econômicos (impostos,

subsídios ETS e preços sociais) e seus impactos distributivos, métricas e políticas públicas para adaptação, e impactos e dependências do setor financeiro sobre a biodiversidade. Essas informações permitem o desenho de políticas públicas destinadas a mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas e traçar um caminho para um modelo de desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável.